



Violências na rede pública de ensino do Estado do Amazonas: um estudo das vivências de professores (as) em ambiente escolar

Violences in the public school system of the State of Amazonas: a study of teachers' experiences in the school environment

Fabrício Silva dos Anjos
Universidade do Estado do Amazonas
Manaus-Brasil

Fábio Alves Gomes
Universidade do Estado do Amazonas
Tabatinga-Brasil

Marck de Souza Torres
Universidade Federal do Amazonas
Manaus-Brasil

Resumo

A pesquisa objetivou investigar e identificar as violências vivenciadas por professores na rede pública de ensino do estado do Amazonas. Para tanto, o estudo foi exploratório-descritivo de natureza qualitativa. O instrumento de coleta dos dados foi, inicialmente, um questionário estruturado *online*, onde participaram do estudo 25 professores, que lecionam na educação infantil, ensino fundamental anos iniciais, ensino fundamental anos finais e Ensino Médio. Além disso, foi formado um grupo focal com seis professores que passaram por violências no exercício da função de professor. As análises dos relatos dos professores possibilitaram identificar duas categorias temáticas: Violência Geral e Cuidados em Saúde Mental. Por fim, esta pesquisa apresenta como resultado a importância de medidas preventivas que contribuam para a disrupção do ciclo de violência nas escolas.

Palavras-chave: Amazonas; Professores; Violência Escolar.

Abstract

The research aimed to investigate and identify the violence experienced by teachers in the public school system of the State of Amazonas. To this end, the study was an exploratory-descriptive qualitative nature. The data collection instrument was initially a structured online questionnaire, which participated in the study 25 teachers who teach in early childhood education, elementary school early years, elementary school and high, and a focal group was formed with six teachers who underwent violence in the exercise of the role of teacher. The analyzes of the reports of the teachers made it possible to identify two thematic categories: general violence and mental health care. Finally, this research presents the importance of preventive measures that contribute to the disorder of the cycle of violence in schools.

Keywords: Amazon; Teachers; School Violence.

Violências na rede pública de ensino do Estado do Amazonas: um estudo das vivências de professores (as) em ambiente escolar

Introdução

Apesar da educação ser considerada como estratégica para o desenvolvimento humano e social, nos últimos anos, as estatísticas demonstram que as violências contra professores têm crescido nas escolas, particularmente a violência escolar (física e psicológica), fator preponderante na motivação para o abandono da carreira por parte de profissionais da educação (Favatto; Both, 2019; Souto, 2016).

O presente estudo é discussão derivada de uma pesquisa de mestrado de um dos autores sobre a violência no ambiente escolar que afligem os profissionais da educação em seu cotidiano de trabalho. Diante desse fenômeno social desafiador, objetivou-se investigar e identificar as violências vivenciadas por professores na rede pública de ensino do estado do Amazonas, no exercício da sua função profissional.

De natureza qualitativa, adotou-se um estudo exploratório-descritivo. Para a coleta de dados foi realizado um questionário¹ para 25 (vinte e cinco) professores com diferentes idades e gênero, que lecionam na Educação Infantil, ensino fundamental anos iniciais, ensino fundamental anos finais e Ensino Médio, com perguntas abertas e fechadas, destinado aos professores, com o objetivo de identificar quais as percepções e os conhecimentos dos profissionais da educação quanto aos tipos de violências sofridas por professores no ambiente escolar. Além do questionário, realizou-se um Grupo Focal (GF) visando discutir e trocar ideias sobre questões pertinentes às violências vivenciados por professores da rede pública de ensino do estado do Amazonas. Esse GF, composto de 06 professores, foi crucial para entendermos as necessidades e perspectivas dos professores, visando aprimorar as práticas educacionais (Weller, 2006).

O material coletado foi transcrito na íntegra para a composição do corpus de análise. Os professores foram identificados no texto pela letra P (Participante), seguida do número correspondente à sequência em que as entrevistas foram realizadas: P1, P2, P3, etc. Este procedimento objetivou garantir o anonimato dos participantes. Em seguida, procedeu-se à análise temática em busca de padrões significativos e tópicos relevantes ao estudo.

As violências enfrentadas por professores (as) no ambiente escolar

As questões referentes à escola e a violência são discutidas de forma abundante pelo debate público, mas os estudos e pesquisas sobre violência contra professores na escola ainda são incipientes no Brasil (Iijima; Schroeder, 2012; Sposito, 2001), em especial a

prevenção e o enfrentamento da violência em escolas, particularmente na formulação de políticas públicas.

Estudos realizados em países como Bélgica, Canadá, Estados Unidos e Coreia do Sul apontaram que os estudantes são os principais perpetradores de atos violentos contra docentes e que as agressões verbais são mais comumente relatadas. Percebe-se na análise dos trabalhos de Galand, Lecocq e Philippot (2007), Espelage *et al.* (2013), McMahon *et al.* (2014), Moon e McCluskey (2016), que o comportamento dos alunos na escola é proveniente daquilo que vivenciam e observam em seu meio social, ou seja, o contexto extraescolar é considerado como uma mediação importante da violência que ocorre na escola.

Na Espanha, diversos tipos de violências são frequentemente registrados contra educadores, o que afeta significativamente a relação entre alunos e professores. Entre os principais tipos de violência apontados na literatura estão a violência verbal, física, insultos, ameaças e brigas ocasionais (Fernandez; Aguado; Cantero, 2006).

Adicionalmente, Martins e Torres (2016) enfatizam que as escolas têm enfrentado uma crescente insegurança e falta de proteção, com o aumento generalizado de casos de violência, agressões físicas e verbais, tráfico e consumo de drogas, tornando-se parte do cotidiano de várias instituições de ensino. Nesse contexto, Plassa, Paschoalino e Bernardelli (2021) afirmam que exercer a profissão de professor, embora seja de extrema importância para a formação de indivíduos, é uma tarefa pouco valorizada pela sociedade, o que pode gerar desafios adicionais para esses profissionais em meio ao contexto de violência escolar.

A crescente prevalência da violência exacerbada na sociedade representa um fator histórico-social que acarreta desafios significativos na atuação profissional dos educadores. Frequentemente, os professores se veem em situações delicadas de violência e optam por tolerá-las – temendo ser mal interpretados por diretores e equipe pedagógica da escola. Essa dinâmica resulta em um ambiente permeado por tensão, estresse e insatisfação com a profissão (Correia, 2008).

A presença da violência no ambiente escolar contribui para a deterioração da qualidade do ensino, o que acarreta prejuízos diretos aos próprios alunos (Abramovay, 2005). Dentre as principais causas que levam os alunos a ameaçarem os professores, destacam-se as reprovações decorrentes do fraco desempenho estudantil (Abramovay; Rua, 2002).

Violências na rede pública de ensino do Estado do Amazonas: um estudo das vivências de professores (as) em ambiente escolar

A violência infligida aos professores tem sido associada ao aumento da insegurança, sintomas físicos e emocionais, níveis elevados de estresse, relacionamentos pessoais deteriorados, assim como desempenho insatisfatório no trabalho (Espelage *et al.*, 2013). A violência sobre o professor pode acarretar em menor motivação e comprometimento (Vettenburg, 2002), maior ausência e maior rotatividade (Monteiro; Rocha, 2017; Duarte, 2009), maior propensão a abandonar a profissão (Newman *et al.*, 2008) e, para a escola, dificuldade de recrutamento e na retenção de profissionais altamente eficazes (Espelage *et al.*, 2013).

Berg e Cornell (2016) alertam que professores com mais experiência relatam menos relatos de violência e apresentam maior sentimento de segurança na escola, principalmente por obterem maior respeito junto aos alunos, demonstrarem mais confiança e parecerem menos vulneráveis do que os profissionais menos experientes naquele ambiente. Destaca-se assim, que a experiência docente é um fator protetivo, uma vez que a literatura aponta que quanto maior a experiência, menor a probabilidade de o professor ser atacado (Huang *et al.*, 2017).

De acordo com Khoury-Kassabri, Astor e Benbenishty (2009); Jaureguizar, Ibabe e Straus (2013); Chen e Astor (2009), turmas com maior número de alunos do sexo masculino apresentam um aumento na probabilidade de relatos de crimes.

A predominância de mulheres no campo do magistério é um fator relevante a ser considerado ao examinar a percepção da violência baseada no gênero sofrida no ambiente escolar. Segundo o estudo de Gerberich *et al.* (2011), as mulheres são mais propensas a relatar casos de vitimização relacionados à violência escolar. Essa constatação sugere que o gênero do profissional pode influenciar na forma como a violência é percebida e denunciada, o que pode ter implicações significativas nas estratégias de prevenção e intervenção adotadas pelas instituições educacionais. É importante, portanto, considerar essa dinâmica de gênero ao formular políticas e práticas que visam combater e enfrentar a violência escolar de forma eficaz e equitativa.

Apesar da violência física ser a mais evidente, existem outros tipos, tais como a psicológica (Pereira, 2002; Levandoski, 2009) e social (Minayo, 1994) mais frequentes no cotidiano dos professores. Esta violência é marcada pela utilização de termos específicos na visão dos alunos como apelidos depreciativos que atingem a imagem dos professores.

Os sentimentos de desvalorização profissional e de solidão nas situações de conflito com alunos podem se refletir, inclusive, em manifestações de enfermidades psicossomáticas e afastamentos do trabalho até ao abandono da carreira docente (Scheibe, 2010). A insatisfação, o desgaste mental e o sofrimento no trabalho, expressos por meio de reclamações e pessimismo, foram identificados em outros estudos realizados com professores no Brasil (Castro; Souza, 2012; Paula; Kodato; Dias, 2013), e indicam tanto a falta de apoio ao docente na sua prática, quanto à vitimização recorrente por violência direta ou indireta no ambiente profissional.

O professor, vítima de atos violentos, muda seu comportamento devido ao desgaste emocional e não consegue ministrar aulas de maneira eficiente. Ao examinar o material obtido durante a pesquisa de campo, nos deparamos com uma diversidade de testemunhos. Esses dados nos levaram à identificação de duas categorias temáticas: Violência Geral e Cuidados em Saúde Mental. No tema “Violência Geral”, abordamos as principais formas de violência, incluindo a violência física, patrimonial, psicológica, institucional, simbólica e estrutural. No segundo tema, “Cuidados em Saúde Mental”, analisamos diversas formas de autocuidado, como, por exemplo, o tratamento psíquico, a transição de carreira, a formação de rede de apoio, a desumanização da saúde mental do professor, os processos de autoajuda e o desânimo com a profissão.

Violência física

Ao iniciarmos a discussão da temática da violência física, procuramos explorar as facetas da violência física sofrida por educadores em ambientes escolares, analisando suas causas e consequências. A agressão física contra professores não é apenas um ato de indisciplina isolado, mas um sintoma de problemas mais profundos que afligem o sistema educacional e a sociedade como um todo. Por meio de uma abordagem descritiva de “histórias que merecem ser contadas”, buscaremos compreender o impacto dessa violência na saúde física e mental dos professores.

De acordo com Martins e Torres (2016, p. 01) “as escolas não têm sido mais um ambiente de segurança e proteção, o que se tem visto é um aumento generalizado da violência, agressões físicas e verbais, tráfico e consumo de drogas”. Referente ao tema da violência física, o (a) professor (a) P3 descreveu:

Violências na rede pública de ensino do Estado do Amazonas: um estudo das vivências de professores (as) em ambiente escolar

[...] que já sofreu violência física a ponto de parar no hospital, porque na hora que abriu a porta da sala, o aluno jogou uma cadeira. Esse braço aqui, esse braço aqui, essa pele aqui, ela arriou de uma vez até aqui embaixo. Aí eu peguei a pele, levantei e coloquei no lugar. Era muito sangue. Em seguida veio a pedagoga. Também lhe deu duas cadeiradas e uma mesada na diretora, que era uma pessoa alta, inclusive quebrou os óculos dela e devido a esse fato, eu fiquei extremamente traumatizada (Professor 03, entrevista, 2024).

Esse primeiro relato do (a) professor (a) P3 mostrou a dura realidade da violência que permeia o ambiente escolar. O relato da agressão física sofrida por um docente é extremamente preocupante, pois evidencia a gravidade da violência no ambiente escolar e o risco à integridade física e psicológica dos profissionais da educação. A ação do aluno ao jogar uma cadeira contra o professor configura-se como um crime de lesão corporal, previsto no Art. 129 do Código Penal Brasileiro.

A gestora [...] E ela só saiu porque ela foi ameaçada por um, por um pai. O pai prometeu matá-la, entendeu? Porque senão ela não tinha saído [...]. Os alunos entravam na sala de aula, geralmente com com aqueles fones de ouvido e celulares ligados, mesmo sendo proibido. Se você fosse falar alguma coisa, você sofreria agressões lá fora, né? (Professor 03, entrevista, 2024).

Além disso, o P3 menciona que a gestora da escola deixou o cargo após ser ameaçada de morte por um pai. Este incidente ressalta a extensão da violência que pode se estender para além dos alunos, envolvendo também os pais. Isso sugere que a violência na escola pode ser um exposto de problemas mais amplos na comunidade e na sociedade. Em continuidade aos relatos da unidade temática violência geral, subtema violência física, o (a) professor (a) P6 relata que:

[...] quando fui agredida na escola, tive uma crise muito grande, crise de ansiedade [...]. Em momento algum tive apoio. Eu tive apoio de quem? Dos meus colegas que falaram corre atrás, entra de licença porque você não tem condições de trabalhar. [...] A mulher que me agrediu, me agrediu por três vezes, duas vezes por palavra e a terceira vez por gesto. Ela invadiu a escola. Entrou na sala na frente das crianças, me puxou pelo cabelo, enfiou uma pulseira no meu braço falando que era lembrança do dia dos professores, amassou meu braço [...]. Então o meu medo é grande de voltar a trabalhar (Professor 06, entrevista, 2024).

Neste registro, o (a) professor (a) P6 descreveu que foi agredida (o) na escola e não recebeu apoio da instituição, reforçando uma das constatações desta pesquisa, a ausência de suporte psicológico, jurídico e social aos professores (as) vítimas de violência no ambiente

escolar. Além disso, ficou registrado o incômodo do professor no contato com os alunos; o incômodo no contato com os pais dos alunos; ter sofrido agressão (física ou verbal) dentro da escola faz sentir-se não realizado profissionalmente; sentir falta de apoio dos colegas da profissão; e sentir falta de apoio da direção/coordenação da escola mostraram a associação ao esgotamento do ser humano que atua como educador.

De tal forma, este relato de P6 destaca a urgência em abordar a violência e o assédio no ambiente escolar. A violência faz parte das relações humanas desde os seus primórdios, por isso, não há uma sociedade que exista sem algum tipo de violência. É preciso que a violência seja sempre analisada dentro de uma perspectiva sócio-histórica-cultural (Minayo, 2013).

Logo, é crucial que as instituições educacionais estabeleçam políticas claras e eficazes para prevenir e responder a tais incidentes e que ofereçam apoio psicológico, jurídico e social adequado aos professores vítimas de violência no ambiente escolar. Além disso, é importante promover uma cultura de respeito e segurança, onde todos os membros da comunidade escolar se sintam valorizados e protegidos.

Violência Psicológica

A violência psicológica contra professores nas escolas é uma realidade perturbadora que merece atenção especial no âmbito das pesquisas educacionais e sociais. Este tipo de violência sofrida pelo professor é fonte de estresse, gera efeitos diretos na sua saúde física e mental e torna o ambiente de trabalho mais difícil. Buscamos descrever as camadas complexas da violência psicológica sofrida por educadores, abordando suas manifestações e os efeitos devastadores na vida profissional dos docentes entrevistados.

Ao longo da entrevista, o (a) professor (a) P1 relatou ter sofrido violência psicológica no ambiente escolar. O depoimento apresentado revela uma experiência angustiante de violência escolar que resultou em quadro depressivo severo, levando P1 a uma licença médica e identificando a violência escolar, seja ela física ou psicológica, como a principal causa de sua condição atual. O professor P1 está atualmente em licença médica no estado da Bahia, incapaz de retornar à sala de aula devido ao trauma e ao medo associados à violência que sofreu.

O docente expressou o desejo de deixar a sala de aula, independentemente do estado, e de retornar ao seu estado natal para, pelo menos, eliminar a xenofobia de seu quadro de violência. Além disso, relatou que a violência é vista como um problema sistêmico com raízes na Secretaria de Educação, no governo, na gestão escolar, nos próprios professores e alunos.

Violências na rede pública de ensino do Estado do Amazonas: um estudo das vivências de professores (as) em ambiente escolar

A xenofobia também é apontada como um fator agravante, com o (a) profissional sendo chamada de “maluca” por uma aluna, o que a levou a desmaiar e registrar um boletim de ocorrência, vejamos o depoimento a seguir:

A maior causa que trouxe esse desenvolvimento foi a violência escolar. Eu penso que a violência escolar e toda intimidação seja física ou psicológica. [...] que violência é uma intimidação [...]. Então, a última vez que eu fui chamada de maluca por uma aluna, eu desmaiei na sala e fiz um B.O da aluna. Tô até hoje aqui, né? Na Bahia de licença médica, porque eu não consigo voltar para a sala de aula ainda. Então trouxe um quadro aí de depressão, né? Então, eu acho que eu posso citar diversas violências e infelizmente o que eu tenho vontade hoje é de sair de sala de aula, independente do estado. Eu quero voltar para o meu estado, para pelo menos a xenofobia eu excluir desse quadro de violência (Professor 01, entrevista, 2024).

No mesmo sentido, o (a) professor (a) P5 demonstra ter uma visão crítica e contundente da situação dos professores no Brasil, tecendo uma análise multifacetada dos desafios e violências que permeiam sua realidade profissional. Aborda a desvalorização da educação, a ausência de suporte à saúde mental dos professores e os ataques a liberdade catedrática de ensinar dos professores. Os prejuízos à vida pessoal dos professores e o nível de sofrimento que pode gerar é alarmante. Como se pode perceber pelas próprias palavras do (a) professor (a) entrevistado (a):

E a gente vê, percebe que os alunos estão cada vez mais adoecidos. O número de suicídio cada vez maior. Os professores, por sua vez, infelizmente não conseguem, porque também não é nem a praia deles. Isso é jogado no colo dos nossos colegas para que eles resolvam o problema de saúde mental dos alunos. Quando os professores não têm o próprio suporte de saúde mental que eles precisam, né? Então assim fica uma responsabilidade jogada em cima do professor ao qual ele não tem controle nem sobre o que o tratamento que ele recebe daquela instituição e ele adoce junto com o aluno. Então, assim, a questão do descaso do poder público em relação à educação (Professor 05, entrevista, 2024).

De acordo com Charlot (2002), tanto a violência física como a verbal, cometida por insultos e ameaças, trazem consequências físicas e/ou psicológicas para as vítimas. Araújo e Sousa (2013) identificam uma multiplicidade de fatores que contribuem para o surgimento de patologias em professores, tais como estados depressivos e de ansiedade. Eles relatam adversidades oriundas da estrutura atual do trabalho docente que implicam na erosão da

autoridade e controle sobre a sala de aula, culminando em episódios de indisciplina e desrespeito por parte dos discentes.

Os autores também destacam as queixas dos educadores acerca da ausência de suporte por parte da administração e supervisão escolar que frequentemente atribuem a culpa pelo insucesso acadêmico aos professores, abstendo-se de qualquer responsabilidade. Resta aos docentes, conforme Araújo e Sousa (2013), um sentimento de impotência, insegurança e desânimo, somado a uma gama de desafios econômicos e sociais enfrentados. A violência psicológica pode ter sido naturalizada na rotina escolar, mas há fortes indícios de que ela é uma preditora da violência física (Maia; Araújo; Santos Júnior, 2012).

Seguindo na mesma direção, o (a) professor (a) P2 expõe uma situação complexa, permeada por questões éticas, psicológicas e institucionais no âmbito da educação. O relato evidencia o trauma psicológico e o sofrimento vivenciado pelo (a) professor (a) P2, que expressa sua tentativa de manter um certo grau de distância emocional em relação aos seus alunos, evitando envolver-se profundamente em seus problemas pessoais.

O (a) professor (a) P2 descreveu como tenta orientar os alunos para buscar ajuda de serviços apropriados, como o CAPS (Centro de Atenção Psicossocial) ou o setor pedagógico, em vez de assumir a responsabilidade de resolver seus problemas. Isso levanta questões sobre o papel dos educadores no apoio ao bem-estar emocional dos alunos e os limites dessa responsabilidade, vejamos:

E em relação à sala de aula, tento ao máximo possível também não me envolver com os estudantes nesses níveis de escuta. Óbvio que um ou outro a gente acaba, né? Por conta dos contextos que a gente sabe, das dificuldades também que eles passam, a gente acaba dando alguma orientação, mas sempre assim. Procura tal coisa, vai para o CAPS, vai para o setor pedagógico, mas tentando o máximo possível não trazer para mim aquele processo, né? [...]relata que por conta, né, de uma tentativa de suicídio, foi feita uma reunião de emergência. E daí, nessa reunião de emergência, onde juntou os professores, a coordenação, as coordenações, departamento, aquela coisa toda e também o psicólogo. E eu fui meio que interrogado assim nessa reunião, né [...]. Então findaram o meu contrato, né? Considerando que eu era um professor contratado (Professor 02, entrevista, 2024).

Tal fato levanta questões éticas e jurídicas importantes. É crucial analisar se a instituição agiu de forma justa e imparcial ao rescindir o contrato do professor. Este incidente destaca a gravidade dos problemas que alguns professores podem estar enfrentando e a necessidade de uma resposta coordenada e eficaz por parte da instituição educacional.

Violências na rede pública de ensino do Estado do Amazonas: um estudo das vivências de professores (as) em ambiente escolar

Violência Simbólica

Nesta unidade temática, exploraremos a violência simbólica no ambiente escolar em sua totalidade, desvendando seus mecanismos de ação, mapeando suas diversas formas de manifestação e analisando seus impactos na comunidade escolar.

A violência simbólica possui uma teia complexa, tecida por normas, valores e práticas naturalizadas, perpétua desigualdades, discriminações e relações de poder, silenciando e subjugando indivíduos e grupos minoritários. A violência simbólica pode gerar sentimentos de inferioridade, desvalorização e impotência em professores e funcionários.

Ao analisarmos a fala do (a) professor (a) P1, constata-se que a educadora, sendo uma mulher nordestina, relata experiências de isolamento e preconceito por parte dos próprios colegas professores, evidenciando a presença de xenofobia no ambiente de trabalho. Também destaca a presença de machismo no corpo docente, o que sugere a existência de uma cultura de gênero prejudicial que afetou negativamente o bem-estar e a eficácia da educadora. Segundo a professora, durante a pandemia a situação se intensificou, com a educadora recebendo mensagens ofensivas de pais de alunos de forma anônima, por meio de perfis falsos. A falta de mecanismos eficazes para denunciar e lidar com esses incidentes é um problema sério que precisa ser abordado.

Ela pode vir dos professores também, né? Dependendo, em menor grau ela pode vir dos alunos, também. Então todo um sistema. [...] Xenofobia por eu ser uma pessoa nordestina, em relação aos professores, eu tive uma um problema de xenofobia de professores comigo, né, de ser isolada, porque eu sou baiana. Sentir violência contra a mulher. Eu senti uma um peso machista muito grande no corpo de professores do estado do Amazonas. A gente é visto como inimigo pelos alunos, pelos familiares. Então, eu recebi na época da pandemia, eu recebi mensagens de pais, né? Me xingando, me isso, me aquilo. Faziam fake. Eu não tinha como denunciar (Professor 01, entrevista, 2024).

A escalada da violência tem impactado negativamente a prática docente, uma vez que a percepção do professor enquanto autoridade e modelo vem decrescendo entre o corpo docente. Frequentemente, os educadores optam por suportar certas circunstâncias adversas em detrimento de reportá-las à administração escolar, motivados pelo receio de serem mal compreendidos.

Tal contexto resulta em experiências de tensão, estresse e descontentamento com a carreira docente, dentre outras consequências adversas (Correia, 2008). Logo a seguir,

veremos a manifestação do (a) professor (a) P2, que revela uma série de desafios vivenciados por um educador homossexual no ambiente escolar, que vão desde a homofobia até a pressão dos pais. O educador relata experiências de ser responsabilizado pelos pais dos alunos pelo desempenho acadêmico de seus filhos, sugerindo uma falta de compreensão sobre o papel do educador e a natureza do processo de aprendizagem. Esta situação é agravada pelo fato de que o educador não recebeu apoio da escola ou da delegacia ao denunciar esses incidentes.

Esta análise sugere a necessidade de políticas e práticas mais eficazes para promover um ambiente de trabalho inclusivo e respeitoso para todos os educadores. Isso inclui a implementação de treinamentos de sensibilização para questões de diversidade, a criação de canais de denúncia eficazes e a promoção de uma cultura de respeito e inclusão.

Os pais chegam para gente: Olha, a culpa é sua, porque o meu filho é maravilhoso, porque o meu filho sempre estudou, sempre teve um boletim nota dez. Então, a culpa é sua que você não tá dando conta, né? Você que não tá ensinando direito, ou então você não tá ensinando conteúdo que deveria ser ensinado, né? [...] O pai foi até a escola e fez uma denúncia contra mim, né? Não só contra mim, mas também contra outros professores a respeito de questões de conteúdo. [...] Eu já passei por homofobia dentro da sala de aula três vezes no último ano, inclusive com assim zero suporte da escola. Zero suporte da delegacia quando fui denunciar também. Então, assim, nessas várias violências que estão no nosso cotidiano. Mas, conseguem separar essas práticas, né? Porque enfim, somos servidores públicos e a gente precisa ter noção sobre essas coisas. E são colocadas como comunistas. Como? Enfim, como tudo, né? Tanto que semana passada, 07h30 da manhã, eu tive que ouvir de um aluno, né? Dando aula de introdução à Sociologia, tive que ouvir do aluno uma pergunta assim. Parou a aula para perguntar professor? Então a sociologia é uma disciplina de esquerda? Quais são os autores de direita que o senhor vai trabalhar? Como se isso assim fosse, a disciplina fosse criada para fazer uma doutrinação dos estudantes, etc (Professor 02, entrevista, 2024).

Da mesma forma, o (a) professor (a) P4 destaca a complexa interdependência entre pais, professores e alunos no processo educacional, evidenciando a necessidade de uma visão crítica para compreender os desafios e oportunidades de cada um.

Os pais, eles não vêm o lado dos professores, os professores também não vêm os alunos porque tem aluno que passa por várias coisas, violência dentro de casa vendo as vezes os pais né, batendo nas mães e isso ele leva para a escola. Tem gente que agora o que tá muito assim, essa, essa depressão, ansiedade deles, esse negócio assim, aí a gente tem que tem que saber controlar, conversar com eles, porque é muito difícil (Professor 04, entrevista, 2024).

Violências na rede pública de ensino do Estado do Amazonas: um estudo das vivências de professores (as) em ambiente escolar

A terceirização da educação praticada por pais que transferem a responsabilidade integral do processo educativo para a escola resulta em uma distorção e desfiguração do papel institucional educacional. Tal prática evidencia um comprometimento insuficiente e uma falta de responsabilização das famílias que deveriam participar ativamente na educação dos filhos. Os professores percebem essa abdicação como uma negligência familiar que se manifesta na inabilidade de resolver conflitos, na persistência de divergências não resolvidas, no desrespeito mútuo, na destruição do ambiente compartilhado, na exposição a violências verbais e físicas e no consumo de substâncias ilícitas, entre outros problemas. Essa postura dos pais e/ou responsáveis compromete a função educativa da escola e sobrecarrega os educadores com responsabilidades que transcendem suas obrigações profissionais. No entanto é preciso uma análise radical da constituição histórica da relação escola-família para que não caia num processo de culpabilização que mistifica processos complexos (Gomes, 2021).

Em outro relato que segue no mesmo sentido, o (a) professor (a) P3 traz à tona problemas relacionados à agressividade dos pais dos alunos, ameaçando gestores e professores. Essa agressividade pode ser vista como uma manifestação de uma dinâmica de poder desequilibrada, onde os pais exercem pressão sobre os educadores, talvez por não compreenderem as muitas determinações que produzem a queixa escolar (Gomes, 2021). Além disso, a narrativa sugere que os educadores que tentam se defender por meios legais, como a realização de um Boletim de Ocorrência (BO), podem sofrer represálias, como a transferência para outra escola. A xenofobia e a homofobia são identificadas pelo (a) professor (a) P3 como problemas significativos dentro do ambiente escolar. Essas formas de preconceito podem criar um ambiente hostil e inseguro para os alunos e educadores afetados, prejudicando o processo de aprendizagem e o bem-estar geral.

Os pais são agressivos, vão lá te ameaçar, os pais ameaçam os gestores, ameaça professores. E se você for fazer um BO, como aconteceu numa outra escola que eu dei aula, a gestora vai para cima de você. Olha, se você fizer esse B.O. Você corre o risco de lá para onde? Judas perdeu as botas, para outra escola. Então você sofre ameaças também. Dentro da escola, você não pode fazer um B.O em relação a isso. [...] E a xenofobia existe muito dentro da escola. Ah! A homofobia também existe. [...] Nossa Senhora, é um negócio assim, terrível, terrível. [...] Famílias desestruturadas, famílias que não aceitam cada vez mais nascendo crianças com deficiências, famílias que não aceitam de jeito nenhum que a criança tem algum problema, mas em casa ele é bonzinho. Em casa ele é bonzinho, mas na escola só não convive (Professor 03, entrevista, 2024).

No que tange à homofobia, um tema de âmbito educacional que causa polêmica, refere-se à distribuição do denominado “kit-gay”, Junqueira (2022) destaca que, no contexto nacional, a manifestação mais veemente desses coletivos se iniciou entre 2010 e 2011, com o advento de um projeto que visava a distribuição, em certas instituições de ensino, de materiais voltados à promoção do reconhecimento da diversidade sexual, rapidamente estigmatizado como “kit-gay”. Com uma retórica alarmista, ele menciona que uma petição endereçada às autoridades estatais alega que o “Kit Gay” constitui um incentivo ao homossexualismo, à promiscuidade e à distorção da percepção infantil acerca do conceito de família.

O Parlamento Brasileiro, juntamente com outras instâncias legislativas, tem atuado na propagação da intolerância e na restrição da liberdade de aprender, ensinar, expressar pensamentos, bem como do pluralismo de ideias e concepções pedagógicas. Isso ocorre quando seus membros propõem medidas legislativas que visam obstruir a diversidade nas escolas, imputando às entidades educacionais, aos educadores e às educadoras a prática de doutrinação comunista e a imposição aos discentes da chamada ideologia de gênero.

Parlamentares que fomentam o pânico moral têm mobilizado estudantes e familiares para registrar em vídeo ou áudio das aulas de docentes que abordam temas fundamentais à educação para a cidadania, como o respeito à pluralidade de existências e a necessidade de combater as diversas formas de violência e desigualdades étnicas, raciais, sociais e de gênero. As acusações realizadas por grupos familiares conservadores, seja por meio das redes sociais ou pelo compartilhamento de gravações, têm impelido legisladores que se autoproclamam defensores da moral e da família tradicional a invadir ambientes escolares, a denunciar em tribunas e redes sociais as instituições, estudantes e profissionais da educação. Essas ações têm resultado na perda de posições de gestão, no adoecimento de docentes e em ataques e ameaças de morte contra os indivíduos envolvidos.

O relato do (a) professor (a) P5 que descreveu as dificuldades em abordar questões de diversidade étnica e racial no ambiente escolar. Essa resistência a abordar questões de diversidade sugere a presença de um pensamento eugênico, que busca criar uma divisão entre aqueles considerados “bons” e “maus”. Essa mentalidade pode levar a uma forma de *apartheid* social, onde certos grupos são marginalizados e excluídos.

Ressaltamos que a Câmara Municipal de Manaus promulgou a Lei nº 439/2017, que proibia a inserção de atividades e orientação com caráter político-pedagógico de diversidade

Violências na rede pública de ensino do Estado do Amazonas: um estudo das vivências de professores (as) em ambiente escolar

de gênero na grade curricular das escolas do Município de Manaus. Este caso foi judicializado e a relatora do processo, Desembargadora Carla Reis, do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, invalidou a Lei Municipal nº 439/2017, em razão da CMM ter invadido competência privativa da União.

De uma professora minimamente qualificada, eu passei a ser chamada de comunista. Por causa das pautas que eu propunha. E eu era macumbeira porque eu trabalhava questões étnico raciais. Eu era mãe dos LGBTanos. Era esse o termo que usavam. Até eu tive um evento do dia da Mulher do Dia das Mães cancelado, porque eu ousei trazer para o debate as causas das mães trans e das mães de lésbicas e das mães tuteladas pelo Estado. Né? Então assim esse evento foi cancelado e me foi dito que não queriam esse tipo de pauta, porque isso não era importante tratar essas pessoas. É um pensamento eugênico que às vezes sai criando um apartheid entre os que eles acham que são bons e o que eles julgam serem maus. [...] É proibido trabalhar a diversidade de gênero na escola é proibido por lei aprovada na Câmara Municipal (Professor 05, entrevista, 2024).

Em análise à fala suscitada pelo (a) professor (a) P5, que menciona a proibição de trabalhar a diversidade de gênero na escola em razão de uma Lei aprovada na Câmara Municipal, identificamos que a Câmara Municipal de Manaus (CMM) aprovou em 2016, um projeto de lei que proibiu na grade curricular das escolas municipais a discussão sobre ideologia de gênero (A Crítica, 2016).

Esta reflexão destaca a necessidade de políticas e práticas que promovam um ambiente educacional mais inclusivo e respeitoso. Isso pode incluir a implementação de treinamentos de sensibilização para questões de diversidade, a criação de canais eficazes de denúncia e a promoção de uma cultura de respeito e inclusão. A este quadro soma-se muitas vezes, uma rotina de trabalho extenuante, motivada pelo acúmulo de empregos para suprir os baixos salários da área. Conforme dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), “20% dos docentes trabalham em mais de uma escola e há casos de acúmulo de função docente em até cinco estabelecimentos [...] 32% dos docentes trabalham em dois turnos e 6,8% trabalham em três turnos” (Nogueira; Lambertuci, 2013, p. 358).

A violência simbólica, sustentada por circunstâncias socialmente aceita, relega o profissional a uma posição periférica, restringindo seu papel educacional a mera prestação de serviços. Esse fenômeno reflete um descompasso entre a identidade profissional do educador

e o papel que lhe é atribuído socialmente: embora reconhecido como figura central, essencial e insubstituível, o professor enfrenta a contradição de receber remunerações inadequadas, laborar em condições precárias e ter seus direitos trabalhistas frequentemente violados. Essa dualidade é experimentada de maneira aguda e penosa na realidade diária desses profissionais.

Considerações finais

A presente pesquisa apresentou um panorama inquietante sobre a violência contra professores no Amazonas, revelando a escola como palco de diversos tipos de violência. Professores, agentes importantes na construção de uma sociedade mais humanizada, foram identificados como vítimas recorrentes de agressões físicas, psicológicas e simbólicas que corroem a saúde mental deles, levando-os ao adoecimento ocupacional e, em casos extremos, ao abandono da carreira.

A análise dos dados obtidos ao final desse percurso ofereceu elementos para responder ao objetivo proposto, bem como trouxe contribuições e apontou possibilidades para aprimorar a atuação desses profissionais em ambiente escolar. De acordo com a fundamentação teórica da pesquisa, as violências se constituem dialeticamente em diversos fatores sociais, econômicos, culturais e políticos, com a desigualdade social e a carência de investimentos públicos em educação que se destacam como catalisadores do problema.

Alunos e pais e/ou responsáveis, muitas vezes vítimas da mesma realidade opressora, direcionam sua frustração aos professores num ciclo vicioso de dor e sofrimento (Gomes, 2021). Uma evidência encontrada ao longo da pesquisa foi que a falta de respeito nas relações interpessoais (professor-aluno) se configura como a forma mais comum de violência, dificultando o ambiente escolar e o processo de ensino-aprendizagem. As narrativas dos professores, carregadas de peso emocional e psicológico, impactaram a equipe de pesquisa, evidenciando a gravidade da situação e a necessidade urgente de medidas concretas para combatê-la.

O estudo chama a atenção para a reincidência da violência, muitas vezes ignorada ou minimizada, e identifica os alunos como os principais agressores, reforçando a importância de abordar essa problemática no contexto educacional e para além dele. Intervenções multidimensionais que envolvam estudantes, famílias, escolas e comunidades são essenciais para mitigar a violência escolar, mas esbarram na carência de recursos e na falta de políticas públicas eficazes.

Violências na rede pública de ensino do Estado do Amazonas: um estudo das vivências de professores (as) em ambiente escolar

A prevenção da violência escolar exige um compromisso amplo e articulado que inclua o aprimoramento do sistema de ensino, a capacitação dos educadores, a valorização profissional, o fomento de uma cultura de respeito, empatia e a criação de grupos de apoio à saúde mental dos professores. Além disso, recomenda-se o aperfeiçoamento de políticas públicas que garantam melhores condições de trabalho, como remuneração adequada, salas com menor número de alunos e medidas de segurança nas instituições de ensino, que são urgentes para a valorização da profissão docente.

A integração de questões relacionadas à saúde mental nas ações de vigilância à saúde do trabalhador e a formação de parcerias entre escolas e centros de referência em saúde do trabalhador são cruciais para identificar e intervir nos fenômenos associados ao sofrimento no trabalho docente. O monitoramento de sites, redes sociais e fóruns anônimos por órgãos de inteligência, em conjunto com canais de comunicação diretos entre as escolas e as redes públicas de ensino, é fundamental para prevenir ameaças. A educação crítica da mídia e o combate à desinformação também se revelam ferramentas essenciais para empoderar as novas gerações.

A violência nas escolas não se limita a prejudicar o aprendizado, mas também gera consequências devastadoras para a saúde mental dos professores, levando-os ao esgotamento emocional, à síndrome de *Burnout*, dentre outras, e ao abandono da carreira. A pesquisa aponta para a necessidade urgente de pesquisas que elucidem o processo de reintegração ao trabalho dos docentes afastados por transtornos mentais e comportamentais, especialmente na rede pública de ensino do Amazonas.

A mitigação da violência contra os professores é um imperativo moral e um compromisso com a construção de uma sociedade mais justa e humanizada. Investir na educação de qualidade, com respeito e dignidade para os docentes é plantar as sementes de um futuro promissor para as novas gerações. Por meio da união de esforços e da implementação de políticas públicas eficazes, podemos transformar as escolas em espaços de paz, aprendizado e construção de um futuro melhor para todos.

Os professores da rede pública de ensino do Amazonas têm enfrentado violências físicas, psicológicas, institucionais e estruturais que carecem de maior atenção e estudos. A partir da identificação das principais situações vivenciadas por professores (as), é possível auxiliar na formulação de políticas públicas para resolução de conflitos ocorridos nas

instituições de ensino e propor possíveis estratégias para a mudança desta realidade. Portanto, é essencial encontrar formas de minimizar ou enfrentar a violência escolar contra professores (as), pois o fenômeno da violência repercute de forma multidimensional e traz sérios problemas à saúde física e psicológica destes profissionais.

Referências

- ARAÚJO, Lílian Maria Bandaró Ferreira; SOUSA, Rosânia Rodrigues de. O adoecimento psíquico de professores da rede pública estadual: perspectiva dos docentes. *In: Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração*, 38., 2013, Rio de Janeiro. **Anais do 37º Encontro Nacional da ANPAD**. Rio de Janeiro: ANPAD, 2013. p. 1-9.
- ABRAMOVAY, Miriam (org.). **Cotidiano das escolas: entre violências**. Brasília, DF: UNESCO, Observatório de Violências nas escolas, MEC, 2005
- ABRAMOVAY, Miriam; RUA, Maria das Graças. **Violências nas escolas**. 1. ed. Brasília, DF: UNESCO, 2002.
- CASTRO, Rebeca Eugênia Fernandes de; SOUZA, Maria Abigail de. Efeitos da agressividade infantil para o sofrimento psíquico de professores em diferentes momentos de carreira. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 17, n. 2, p. 265-274, 2012.
- CORREIA, Rodrigo Nuno Peiró. **Competência do professor de educação física: um estudo com professores da rede pública**. 2008. 204 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- CHARLOT, Bernard. A violência na escola: como os sociólogos franceses abordam essa questão. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 4, n. 8, p. 432-443, 2002.
- CHEN, Ji Kang; ASTOR, Ron Avi. Students' reports of violence against teachers in Taiwanese schools. **Journal of School Violence**, Abingdon, v. 8, n. 1, p. 2-17, 2009.
- ESPELAGE, Dorothy. *et al.* Understanding and preventing violence directed against teachers: Recommendations for a national research, practice, and policy agenda. **American Psychologist**, Washington, D.C., v. 68, n. 2, p. 75-87, 2013.
- FAVATTO, Naline Cristina; BOTH, Jorge. Motivos para abandono e permanência na carreira docente em educação física. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Brasília, DF, v. 41, n. 2, p. 127-134, 2019.
- FERNÁNDEZ, Carmen Martínez; HERNÁNDEZ-AGUADO, Ildelfonso; CANTERO, Alberto Torres. Percepción de la violencia escolar por parte de las personas responsables de la dirección de los centros de enseñanza de Alicante: un estudio cualitativo. **Revista Española de Salud Pública**, Madrid, v. 80, n. 4, p. 387-394, 2006.

Violências na rede pública de ensino do Estado do Amazonas: um estudo das vivências de professores (as) em ambiente escolar

- GALAND, Benoît; LECOCQ, Catarina; PHILIPPOT, Pierre. School violence and teacher professional disengagement. **British Journal of Educational Psychology**, Leicester, v. 77, n. 2, p. 465-477, 2007.
- GERBERICH, Susan Goodwin. et al. Violence against educators: A population-based study. **Journal of Occupational and Environmental Medicine**, Elk Grove Village, v. 53, n. 3, p. 294-302, 2011.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 2. reimpr. 6. ed. – São Paulo: Atlas, 2017.
- GOMES, Fábio Alves. **A dimensão subjetiva da relação escola-família**: um estudo das significações produzidas por docentes sobre função social da família. 2021. 146 f. Tese (Doutorado em Educação: Psicologia da Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2021.
- HUANG, Francisco Lei.; EDDY, Colleen Lloyd; CAMP, Emily. The role of the perceptions of school climate and teacher victimization by students. **Journal of Interpersonal Violence**, Thousand Oaks, v. 35, p. 5-526-5-551, 2017.
- IJIMA, Danieli Winck; SCHROEDER, Tânia Maria Rechia. Pesquisa sobre violência escolar no Brasil. **Travessias**, Cascavel, v. 6, n. 3, p. 1-17, 2012.
- JAUREGUIZAR, Joana; IBABE, Ibabe; STRAUS, Murray Arnold. Violent and prosocial behavior by adolescents toward parents and teachers in a community sample. **Psychology in the Schools**, Hoboken, v. 50, n. 5, p. 451-470, 2013.
- JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **A invenção da "ideologia de gênero"**: um projeto reacionário de poder. Brasília: LetrasLivres, 2022.
- KHOURY-KASSABRI, Mona; ASTOR, Ron Avi; BENBENISHTY, Rami. Middle Eastern adolescents' perpetration of school violence against peers and teachers: A cross-cultural and ecological analysis. **Journal of Interpersonal Violence**. Thousand Oaks, v. 24, n. 1, p. 159-182, 2009.
- LEVANDOSKI, Gustavo. **Análise de fatores associados ao comportamento bullying no ambiente escolar**: características cineantropométricas e psicossociais. 2009. 165 f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Movimento Humano) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.
- MCMAHON, Susan Dvorak. et al. Violence directed against teachers: Results from a national survey. **Psychology in the Schools**. Hoboken, v. 51, n. 7, p. 753-766, 2014.
- MAIA, Luciana de Lourdes Queiroga Gontijo Netto, ARAÚJO, Alisson; SANTOS JÚNIOR, Adelino da Silva. O entendimento da violência escolar na percepção de adolescentes. **Revista Médica de Minas Gerais**, v. 22, n. 2, p. 166-173, 2012.

MARTINS, Ana Caroline Carvalho; TORRES, Maria Carolinna Bastos Santana. Violência escolar: uma reflexão sobre suas causas e o papel do Estado. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, v. 21, n. 4925, 2016.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. A violência social sob a perspectiva da saúde pública. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 07- 18, 1994.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Conceitos, teorias e tipologias de violência: a violência faz mal à saúde. In: NJAINE, Kathie; ASSIS, Simone Gonçalves; CONSTANTINO, Patrícia; AVANCI, Joviana Quintes. (orgs.). **Impactos da Violência na Saúde**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2013. p. 21-42.

MOON, Byongook; MCCLUSKEY, John. School-based victimization of teachers in Korea: Focusing on individual and school characteristics. **Journal of Interpersonal Violence**, v. 31, n. 7, p. 1340-1366, 2016.

MONTEIRO, Joana; ROCHA, Rudi. Drug battles and school achievement: Evidence from Rio de Janeiro's favelas. **Review of Economics and Statistics**, Cambridge, v. 99, n. 2, p. 213-228, 2017.

NEWMAN, Katherine; FOX, Cybelle; HARDING, David; MEHTA, Jal; ROTH, Wend. **Rampage: The social roots of school shootings**. Hachette UK, 2008.

NOGUEIRA, Flávia Maria de Barros; LAMBERTUCCI, Antônio Roberto. O SNE e o cuidado com a saúde para a valorização do educador. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 6, n. 11, p. 355-364, 2012.

PAULA, Alexandre da Silva de; KODATO, Sérgio; DIAS, Francielle Xavier. Representações sociais da violência em professores da escola pública. **Estudos Interdisciplinares em Psicologia**, v. 4, n. 2, p. 240-257, 2013.

PEREIRA, Beatriz Oliveira. **Para uma escola sem violência: estudo e prevenção das práticas agressivas entre crianças**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.

PLASSA, Wander; PASCHOALINO, Pietro André Telatin; BERNARDELLI, Luan Vinicius. Violência contra professores nas escolas brasileiras: determinantes e Consequências. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 21, n. 3, p. 449-480, Set./Dez. 2021.

SCHEIBE, Leda. Valorização e formação dos professores para a educação básica: questões desafiadoras para um novo plano nacional de educação. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 112, p. 981-1000, 2010.

SPOSITO, Marília Pontes. Um breve balanço da pesquisa sobre violência escolar no Brasil. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 27, n. 1, p. 87-103, 2001.

Violências na rede pública de ensino do Estado do Amazonas: um estudo das vivências de professores (as) em ambiente escolar

SOUTO, Romélia Mara Alves. Egressos da licenciatura em matemática abandonam o magistério: reflexões sobre profissão e condição docente. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 42, n. 4, p. 1077-1092, 2016.

WELLER, Wivian. **Grupos de discussão: aportes teóricos e metodológicos**. In: Weller, Wivian; PFAFF, Nicole. Metodologias da pesquisa qualitativa em educação. Petrópolis: Vozes, 2006.

Notas

ⁱ Esta coleta se deu de forma *online*, utilizando um questionário autoaplicável na plataforma *SurveyMonkey*, o qual possibilitou maior disponibilidade para resposta e facilidade de propagação.

Sobre os autores

Fabício Silva dos Anjos

Mestre em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos - Universidade do Estado do Amazonas (UEA); Pós-Graduado em Inteligência Policial; Pós-Graduado em Cybercrimes; Pós-Graduado em Perícia Cibernética; Graduado em Relações Internacionais; Tem experiência nas áreas de análise de Inteligência em Segurança Pública e Defesa Nacional.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3828-0071>

E-mail: anjosfabricio@hotmail.com

Fábio Alves Gomes

Professor Adjunto da Universidade do Estado do Amazonas. Doutor em Educação: Psicologia da Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, mestre em Educação, habilitado em Supervisão Escolar e Orientação Educacional (2008) e graduado em Psicologia e Pedagogia pela Universidade Federal do Amazonas. Docente no Programa de Pós-Graduação em Psicologia - PPGPSI/UFAM e no Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos - PPGSP/UEA. É líder do Laboratório de Educação, Psicologia e Teoria Social - LEPTS/UEA, vinculado ao CNPq.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4911-1185>

E-mail: fbgomes@uea.edu.br

Marck de Souza Torres

Estágio pós-doutoral na UEA/PPG em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos. Doutor em Psicologia Clínica (PUC-RS), mestre em Psicologia Clínica e Cultura (UnB) e graduado em Psicologia (UFAM). Professor Adjunto da UFAM e permanente no PPG de Psicologia. Líder do Grupo de Pesquisa em Contextos Clínicos e Avaliativos (CNPq). Parecerista Ad Hoc Satepsi-CFP e SAPP/CFP. Atua em violência sexual infantojuvenil, vulnerabilidade, psicologia clínica, avaliação psicológica, adaptação cultural de instrumentos e ciberpsicologia. Representante regional da SBP/AM (2024).

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0717-982X>

E-mail: marcktorres@ufam.edu.br

Recebido em: 02/02/2025

Aceito para publicação em: 17/03/2025